

DANO MORAL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO: Uma análise sobre a possibilidade de responsabilizar os pais civilmente pela falta de afeto concedida aos filhos

Natiele França Turman¹

Msc. Maria Helena Abdanur Mendes dos Santos²

RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente adotaram a doutrina de proteção integral determinando ser dever da família, da sociedade e do Estado proteger a criança e o adolescente de maneira integral, garantindo-lhes dentre tantos, o direito à vida, à educação, à dignidade e principalmente ao convívio familiar. Seguindo essa doutrina os pais têm o direito e o dever de conviver com seus filhos, para, além de cuidar e educar lhes transmitirem o afeto, que se faz essencial para o desenvolvimento da personalidade da criança. Assim, o descumprimento desse dever configura-se como abandono afetivo, pois causaria às crianças em desenvolvimento danos irreversíveis à formação de sua personalidade. Com base nisso, começaram a surgir nos tribunais ações pugnando danos morais decorrente do abandono afetivo. Porém, o assunto é controverso e causa polêmica, pois não existe no nosso ordenamento jurídico e nem cabe ao judiciário obrigar alguém a amar alguém.

Palavras-chave: Dano Moral; Responsabilidade Civil; Abandono Afetivo.

¹ Bacharel em Direito pelas Faculdades OPET. Pós-graduanda na Modalidade Especialização “Ministério Público-Estado Democrático de Direito pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná – FEMPAR. Curitiba – PR. Brasil. natielefranca@hotmail.com.

² Advogada, Mestre em Meio Ambiente Urbano e Industrial UFPR/Stuttgart, Especialista em Direito Processual Civil, Assessora jurídica da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná e professora do Curso de Direito das Faculdades OPET.

ABSTRACT

The Constitution of the Federative Republic of Brazil, the Civil Code and the Statute of Children and Adolescents adopted the doctrine of integral protection should be determining the family, society and the state to protect children and adolescents in a comprehensive manner, assuring them among many, the right to life, education, dignity and especially to family life. Following this doctrine parents have the right and duty to live with their children, for in addition to caring for and educating them convey affection, which is essential for the development of child's personality. Thus, the breach of that duty is characterized as emotional distance, it would cause to children in developing irreversible damage to the formation of his personality. Based on this, started to appear in court actions advocating moral damages resulting from emotional abandonment. However, it is controversial and causes controversy, because it does not exist in our legal system, nor it is for the judiciary to force someone to love someone.

Keywords: Moral Damage; Liability; Affective abandonment.

1 INTRODUÇÃO

A família no decorrer dos tempos vem passando por diversas transformações. No Brasil, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a família passou a ser aquela formada pelos laços de afetividade e não mais por obrigação da sociedade ou aquela que se formava somente através do casamento.

A constituição da mesma forma que dispõe sobre a liberdade do planejamento familiar, estabelece uma série de direitos e deveres que devem ser respeitados, alicerçado no princípio da dignidade da pessoa humana. Assim, não só a família, como a sociedade e o Estado tem o dever de proteger a criança e o adolescente garantindo-lhes dentre tantos, o direito à vida, à alimentação, à educação, à dignidade e principalmente ao convívio familiar.

Portanto, existe um dever de cuidado que os pais devem ter com os filhos e o descumprimento deste dever legal pode ser configurado como ato ilícito acarretando em responsabilidade civil pelo abandono afetivo.

Porém tal entendimento não é pacífico, alguns entendem que a responsabilidade civil em caso de abandono afetivo não tem a função somente de reparar o dano, mas serve como função pedagógica para evitar a repetição de tais condutas pela sociedade, outros afirmam que não cabe a responsabilidade civil por abandono afetivo, pois o amor não tem preço e que uma possível condenação de indenizar acabaria com as chances de uma futura reaproximação entre pais e filhos, causando ainda, instabilidade dentro da estrutura familiar.

A questão da responsabilidade civil por abandono afetivo é nova e controversa, e há divergência não só nos tribunais estaduais como o próprio Superior Tribunal de Justiça tem entendimentos diversos.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AFETO

No dicionário afeto é sinônimo de simpatia, de amizade, de amor, ou então como sentimento, paixão. No sentido psicológico, afetividade é o conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimento e paixões.³

De acordo com Romualdo Baptista, “a afetividade é um fenômeno psíquico inerente a todos os seres humanos e, por essa razão, produz consequências para o mundo jurídico, constituindo um valor a ser protegido.”⁴

A doutrina de proteção integral colocou a criança e o adolescente como sujeitos de direito com garantias e prerrogativas. Os responsáveis por dar efetividade a essas garantias são: a família, a sociedade e o Estado.

Como muito bem aduziu Giselda Hironaka:

Vale dizer, a verdade jurídica cedeu à imperiosa passagem e instalação da verdade da vida. E a verdade da vida está a desnudar aos olhos de todos, homens ou mulheres, jovens ou velhos, conservadores ou arrojados, a mais esplêndida de todas as verdades: **neste tempo em que até o milênio muda, muda a família, muda o ser cerne fundamental, muda a razão de sua constituição, existência e sobrevida, mudam as pessoas que a compõem, pessoas estas que passam a ter coragem de admitir que se casam principalmente por amor, pelo amor e enquanto houver amor.** Porque só a família assim constituída – independente da diversidade de sua gênese – pode ser mesmo aquele remanso de paz, ternura e respeito, lugar em que haverá, mais que em qualquer outro, para todos e para cada

³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3º ed. Curitiba: Positivo, 2004. p. 61.

⁴ SANTOS, Romualdo Baptista. **A tutela jurídica da afetividade: Os laços humanos como valor jurídico na Pós Modernidade**. Curitiba: Juruá, 2011. p. 51

um de seus componentes, a enorme chance da realização de seus projetos de Felicidade.⁵ (sem grifos no original)

A afetividade passou a ser um fator de extrema importância, com vista à constituição da vida em família e em sociedade. Assim, “a qualidade da estrutura afetiva das pessoas determina a qualidade dos seus relacionamentos e orienta a vida familiar e social.”⁶

2.1 Importância do afeto na formação da pessoa em desenvolvimento

A afetividade se desenvolve ao longo do tempo e pode se aperfeiçoar ou se degenerar de acordo com a experiência de vida de cada um.⁷

O conceito atual da família centrada no afeto como elemento agregador exige dos pais o dever de cuidar e educar os filhos sem lhes omitir o carinho necessário para a formação plena de sua personalidade. A grande evolução das ciências que estudam o psiquismo humano veio a escancarar a decisiva influência do contexto familiar para o desenvolvimento sadio de pessoas em formação.⁸

Nesse sentido, vale acompanhar um trecho do artigo do jurista Rodrigo da Cunha Pereira,

Se os pais fossem mais presentes na vida de seus filhos, certamente não haveria tantas crianças e adolescentes com evidentes sinais de desestruturação familiar. Seria ingenuidade pensar que esses sintomas sociais que o cotidiano nos escancara é consequência apenas do descaso do Estado e de uma economia perversa. O que empurra um sujeito da favela para a marginalidade e o faz pôr fogo em um ônibus, é o mesmo "desejo desencaminhado" que faz adolescentes de classe média, ou rica, atearem fogo em um índio dormindo em um ponto de ônibus. [...] Poderíamos também enveredar até mesmo em uma visão moralista e pensar que todos esses sinais de violência começaram após 1977, com o divórcio no Brasil, e consequentemente um aumento crescente de separação de casais e de novas formas de constituição de famílias. [...] os julgamentos que dizem respeito às relações familiares devem levar em conta não apenas o texto jurídico, mas também o contexto jurídico-social.⁹

A psicanalista Lenita Pacheco Lemos Duarte realizou algumas pesquisas com as quais concluiu que:

⁵ HIRONAKA, Giselda. Sobre peixes e afeto – um devaneio acerca da ética no direito de família. **Família e dignidade humana**. V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: IOB Thompson, 2006. p. 425 - 437.

⁶ SANTOS, op. cit., p. 85.

⁷ SANTOS, 2011. p. 76.

⁸ DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 6º Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.452

⁹ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Nem só de pão vive o Homem**: Responsabilidade civil por abandono afetivo. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/detalhe/392>>. Acesso em: 15 maio 2013.

A partir do estudo de cinco casos clínicos, pode observar a relação direta que os sintomas apresentados pelas crianças têm com os conflitos e impasses familiares, principalmente naqueles que culminam com a separação do casal. Refere ainda, que tais crianças, como resposta às situações que vivenciam, expressam sofrimentos das mais diversas formas, tanto no corpo, como convulsões e doenças psicossomáticas, assim como distúrbios de aprendizagem, de relacionamento, além de fobias e mecanismos obsessivo compulsivo, entre vários outros.¹⁰

Segundo Gisele Câmara Groeninga, a psicanálise tem demonstrado a importância da família para a constituição das pessoas, pois,

A personalidade desenvolve-se por meio dos exemplos significativos, que as crianças recebem dos adultos, pais ou substitutos. É também na família que são desenvolvidos a capacidade ética, de empatia, e os valores morais em maior ou menor sintonia com o resto da personalidade¹¹

O dever que os pais têm de educar seus filhos implica na obrigação de promover o desenvolvimento pleno de todos os aspectos da personalidade, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho.¹² Para Paulo Lôbo:

A noção de educação, para fins da responsabilidade na família, é a mais larga possível. Inclui educação escolar, formação moral, política, religiosa, profissional, cívica que se dá em família e em todos os ambientes que contribuam para a formação do filho, como pessoa em desenvolvimento¹³

Nesse contexto, a desconsideração da criança e do adolescente no âmbito de suas relações, resulta no direito à integral reparação do agravo moral sofrido, pois “priva o descendente de um espelho que deveria seguir e amar.”¹⁴ Prossegue o autor afirmando que:

O judiciário não pode se omitir de tentar, buscar de uma vez por todas acabar com essa cultura da impunidade que grassa no sistema jurídico brasileiro. A condenação de hoje pelo dano moral causado no passado, tem imensurável valor propedêutico para evitar ou arrefecer o abandono afetivo do futuro, para que pais irresponsáveis pensem duas vezes antes de usar seus filhos como instrumento de vingança de suas frustrações amorosas.¹⁵

¹⁰ DUARTE, Lenita Pacheco Lemos. **A guarda dos filhos na família em litígio**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007. p. 243.

¹¹ GROENINGA, Gisele Câmara. O direito à integridade física e psíquica e o livre desenvolvimento da personalidade. **Família e dignidade humana/V** Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: IOB Thompson, 2006. p. 439-455

¹² KAROW, Aline Biasuz Suarez. **Abandono Afetivo: Valorização Jurídica do Afeto nas relações paterno-filiais**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 252-253.

¹³ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4º Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p.53.

¹⁴ MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.p. 376-377.

¹⁵ Ibid., p. 377.

Nessa perspectiva podemos concluir que a conduta do pai que abandona afetivamente seu filho deve ser considerado ato ilícito, pois viola o princípio da solidariedade familiar, configurando assim o dano moral.

2.2 Reconhecimento jurídico do afeto

Atualmente, a necessidade de tutela não atinge somente o patrimônio, há a necessidade de resguardar os bens e interesses de natureza imaterial relacionados com os direitos da personalidade. Assim, “a necessidade afetiva passou a ser reconhecida como bem juridicamente tutelado”¹⁶, pois desponta como um valor necessário ao desenvolvimento das pessoas.

Portanto, o direito que antes se ocupava apenas com a prestação das condutas adequadas ao convívio social, passa a cuidar da pessoa, em especial dos direitos de personalidade. Nesse contexto Romualdo Batista dos Santos explica que:

Ao mesmo tempo em que o direito teve que aprender a se ocupar da afetividade, teve que apreender a lidar com as novas formas de relacionamentos afetivos [...] tentando dirimir os conflitos que surgem de relacionamentos leves, rápidos, fluidos e superficiais, mediante a aplicação de leis e julgamentos dirigidos à regulamentação de relacionamentos estáveis, duradouros e rígidos.¹⁷

A obrigação de prestar afeto aos filhos não está explícito em nenhuma legislação de nosso ordenamento jurídico. Porém, entre pais e filhos o dever de dar afeto está implícito em várias normas que regulam as relações de filiação e paternidade. Aliás, segundo entendimento de Rui Stocco “todo nosso ordenamento jurídico é pleno de preceitos de proteção, afirmando o dever dos pais de cuidar e proteger os filhos, seja no plano material, educacional, afetivo ou psíquico.”¹⁸

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil e a elevação do princípio da dignidade da pessoa humana o afeto passou a ser a “viga da construção estrutural destas novas relações familiares, e o direito não ficou indiferente a tal situação.”¹⁹

O afeto, enquanto valor jurídico causou um grande impacto no sistema, isto porque “baseado no sentimento são tomados os novos rumos das relações, independente de sua forma.”²⁰

¹⁶ DIAS, op. cit., p. 454.

¹⁷ SANTOS, 2011. p. 95.

¹⁸ STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil: Doutrina e Jurisprudência**. 8º Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 1062.

¹⁹ KAROW, 2012., p. 52.

Romualdo Batista dos Santos afirma que a estrutura afetiva constitui a personalidade das pessoas e a preservação desses laços é de extremo interesse para o Estado, pois refletem na qualidade da vida em sociedade e na estrutura do próprio Estado.²¹

O problema é que os afetos são compreendidos pelas ciências psicológicas, ao passo que o direito lida com as condutas, assim não caberia ao direito exigir a prestação do afeto.²²

Nessa perspectiva, cabe uma análise interdisciplinar, pois, se a psicologia diz que o afeto é importante para a formação da personalidade, cabe ao direito reconhecê-lo como valor jurídico e exigir das pessoas condutas destinadas a alcançá-lo. Assim explica Romualdo Baptista dos Santos que:

A afetividade surge e se desenvolve nos relacionamento e que esse surgimento e desenvolvimento são fundamentais para a formação da personalidade da criança e do próprio pai, [...] é possível exigir a prestação de comportamentos pró-afetivos, ainda que num primeiro momento não correspondam aos sentimentos, emoções e paixões que envolvem aquelas pessoas.²³

José Sebastião Oliveira pontua que baseado na teoria tridimensional do direito de Miguel Reale, a lei não cria nada de novo e com base em valores da sociedade, passa a determinar como deve ser o comportamento humano. “É a famosa triangulação do filósofo Fato – Valor – Norma.”²⁴

Pode-se verificar no § 2º do inc. I do art. 1.583 do Código Civil²⁵ que “A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la e, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores: I – afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar”, isto é, o afeto é um dos fatores determinantes para a concessão da guarda unilateral.

Existem ainda casos em que há até mesmo a preponderância do afeto sobre todos os outros componentes familiares. Como bem pontua Aline Biasuz Suarez Karow:

Casais se separam por reconhecerem que não há mais afeto entre si. Famílias alternativas formam-se em função do vínculo afetivo existente. Crianças demonstram desejo de residir com um dos pais ou avós em função dos laços de afeto. Adoções são deferidas em função do vínculo afetivo preestabelecido. Registros de nascimento podem ser anulados em face de nunca haver tido o

²⁰ Ibid., p. 78.

²¹ SANTOS, op. cit., p. 113.

²² Ibid., p. 116.

²³ SANTOS, 2011. p. 122.

²⁴ OLIVEIRA, José Sebastião. **Fundamentos Constitucionais do Direito de Família**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 345.

²⁵ BRASIL. Lei nº 10.406. **Código Civil**. Brasília, DF. 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 26 maio 2013.

estabelecimento da socioafetividade. O estado de filho consolida-se com o estabelecimento do afeto.²⁶

A afetividade tornou-se um instrumento para determinar a união familiar ou para decretar seu fim pela sua ausência. Nesse sentido, vale citar a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. IMPROCEDÊNCIA. Se a família afetiva transcende os mares do sangue, se a verdadeira filiação só pode vingar no terreno da afetividade, se a autêntica paternidade/maternidade não se funda na verdade biológica, mas sim, na verdade afetiva, a ponto de o direito atual autorizar que se dê prevalência à filiação socioafetiva, esta só pode ser reconhecida quando baseada no afeto, e não somente no interesse patrimonial. Se o autor, que possui pai e mãe biológicos e registrais, e com a mãe estabeleceu relação parental afetiva (somente não o fazendo com o pai porque já era falecido), não pode pretender o reconhecimento de uma filiação que não é espontânea e não foi voluntariamente assumida pelos alegados "pais de criação", pretensão que vem permeada de interesse exclusivamente econômico. Precedentes. Apelação desprovida.²⁷ (sem grifos no original)

Os contrários à tese da responsabilização civil por abandono afetivo sustentam que não há fundamentação jurídica para punir quem abandona afetivamente seus filhos, aludem que a norma não garante tamanha proteção a ponto de exigir dos pais afeto tal, a ponto de punir pela omissão presencial.²⁸

Porém, não se trata de obrigar o pai a amar o filho, mas “simplesmente exigir condutas que favoreçam o surgimento e o desenvolvimento do afeto entre pais e filhos, como fator estruturante da personalidade de ambos.”²⁹

Assim, verificando a omissão dos genitores em prover afetivamente seus filhos, caracteriza-se o ato ilícito que dá ensejo a reparação civil. Vale acompanhar novamente o entendimento de Aline Biasuz Suarez Karow segundo a qual:

Na reparação civil por abandono afetivo, o bem jurídico tutelado primeiramente é a integridade psíquica e emocional do menor, num segundo plano é o desenvolvimento de sua personalidade, livre de traumas. Essa valoração tem como ponto de partida a dignidade da pessoa, passando pelos direitos e deveres decorrentes do poder familiar e a doutrina constitucional da proteção integral.³⁰

Por fim, Adauto de Almeida Tomaszewski advertiu:

²⁶ KAROW, 2012. p. 124.

²⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº 70023288251. Rel. Min. José Ztaídes Siqueira Trindade. Porto Alegre, 08 maio 2008. Disponível em: <<http://br.vlex.com/vid/-51330441>>. Acesso em 23 abr. 2013.

²⁸ KAROW, 2012. p. 214.

²⁹ Ibid. p. 125.

³⁰ Ibid. p. p. 239-240.

A criança deve ter especial proteção e ver-se rodeada de possibilidades concebidas pela lei e por outros meios, a fim de desenvolver de uma maneira sã e normal no plano físico, intelectual, moral e social, em condições de liberdade e dignidade. Deve-se, pois, declarar a estabelecer o direito a integração social como condição de dignidade humana plena, através de um desenvolvimento integral, nas dimensões física, intelectual, moral, espiritual e social, de forma harmônica. Tal direito, sendo violado, deturpado ou sofrendo restrições, é merecedor de ampla tutela, devendo o Estado proporcionar meios para sua correção.”³¹

Nessa perspectiva observa-se que o afeto foi jurisdicionalizado e agora serve ao direito de família como um importante e decisivo elemento jurídico.

2.3 Dano moral decorrente do abandono afetivo

O problema delicado da responsabilidade nas relações de amor ou de afeto, conforme pontua Paulo Lôbo, já tinha sido enfrentado por Kant, na fundamentação da metafísica dos costumes, para ressaltar sua relação com a liberdade.

Para ele o amor enquanto inclinação não pode ser ordenado, mas o benfazer por dever, mesmo que a isso não sejamos levados por nenhuma inclinação e até tenhamos aversão, “o amor prático e não patológico, que reside na vontade e não na tendência da sensibilidade”, e pode ser ordenado.³²

No direito de família, o ordenamento jurídico brasileiro exige uma série de deveres pessoais entre seus integrantes. Dentre eles, podemos citar o art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil que prescreve uma série de deveres em relação à criança e ao adolescente e também o art. 229 do mesmo diploma legal, que estabelece os deveres dos pais em relação aos filhos, bem como dos filhos em relação aos pais.

No direito infraconstitucional há o estatuto da criança e do adolescente que prevê uma série de direitos e deveres dos pais, entre eles podemos destacar o art. 19³³ que assegura à criança e ao adolescente o direito à “convivência familiar e comunitária”, tem-se ainda a convenção dos direitos da criança, no art. 9.3³⁴, determina que em caso de pais separados, a criança tem direito de “manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, ao menos que isso seja contrário ao interesse maior da criança”.

³¹ TOMASZEWSKI, Adauto de Almeida *apud* STOCO, op. cit., p. 1062.

³² LÔBO, 2011. p. 51.

³³ “Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.” BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990).

³⁴ BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF - **Convenção sobre os direitos da criança**. 1989. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2012.

A Constituição da República Federativa do Brasil protege a dignidade da pessoa humana, e elevou a reparação pelo dano moral como princípio fundamental. Assim, essa proteção não fica restrita somente no âmbito da responsabilidade civil, pois sua preocupação primeira é com a inviolabilidade, sendo a obrigação de reparar mera decorrência.³⁵

Assim, deixando os genitores de cumprirem com suas responsabilidades decorrentes do poder familiar, praticam ilícito civil, violando assim o direito dos filhos, nascendo para estes o direito de serem indenizados por violação dos danos inerentes à sua personalidade.

Os danos morais são diretamente ligados aos direitos de personalidade, e como não possuem valor econômico são considerados danos extrapatrimoniais e para haver o reconhecimento do dever de indenizar é necessário que estejam presentes os pressupostos da responsabilidade civil.

Porém, para não ocorrer uma avalanche de pedidos de indenizações decorrente do abandono afetivo causados por quaisquer atos dos pais, Aline Biasuz Suarez Karow entende que “somente em casos específicos, onde há evidente situação de abandono emocional, reiterados e constantes, por parte de um dos genitores da criança é possível haver o ressarcimento cível.”³⁶

Vale ressaltar também que não basta apenas a existência da circunstância do abandono afetivo, pois os danos afetivos podem ser presumidos em relação à existência, mas não em relação à extensão do dano, cabendo a vítima provar a intensidade do abalo sofrido.

Aline Biasuz Suarez Karow, pontua ainda que no caso do abandono afetivo, faz-se necessário verificar a existência de um fato antijurídico (ação ou omissão); que seja imputável a alguém (um dos genitores); que tenha produzido danos (danos morais, danos ao direito de personalidade); que tais danos possam ser considerados como causados pela ação praticada (nexo causal) e que o dano esteja contido no âmbito da função de proteção assinada (ECA, CRFB, Convenção dos Direitos da Criança).³⁷

A autora faz ainda uma observação importante, alegando que no abandono afetivo, existe um período em que a violação do direito está ocorrendo, aquele período em que o genitor não guardião vai se afastando do menor. Nesses casos, o guardião poderia ajuizar uma tutela inibitória, podendo o juiz determinar que o genitor não guardião cumpra o direito de

³⁵ STOCO, op. cit., p. 1062-1063.

³⁶ KAROW, 2012. p. 210.

³⁷ Ibid., p. 218-221.

visitas e os outros deveres decorrentes do poder familiar, para garantir ao menor o direito violado.³⁸

Porém a tutela inibitória para o caso de reparação civil por abandono afetivo somente é viável até o momento de formação da personalidade do menor. Pois, “no caso de danos consolidados, tais medidas não teriam mais cabimento porque são inadequadas ao restabelecimento da estrutura emocional da pessoa ofendida.”³⁹

Assim, diante da impossibilidade de recomposição da relação afetiva, a única solução seria a condenação do ofensor ao pagamento de indenização por danos morais.

Um dos problemas levantados para o caso de indenização decorrente do abandono afetivo, é que não cabe ao judiciário obrigar ninguém a amar ninguém, porém, não se trata de uma imposição de amar, mas sim de conviver, porque do convívio é que surgem as afinidades e os afetos. Quando alguém por escolha ou não, se torna pai, surge daí o dever de arcar com as consequências desse ato.

Destaca-se a posição adotada por Rodrigo da Cunha Pereira⁴⁰ que perfilha o entendimento de que

Não se trata de uma imposição jurídica de amar, mas de um imperativo judicial de criação da possibilidade da construção do afeto, em um relacionamento em que o amor, a afetividade lhe seriam inerentes. Essa edificação torna-se apenas possível na convivência, na proximidade, no ato de educar, no qual são estruturados e instalados a referência paterna.

Outro problema levantado é que em uma eventual condenação do genitor em pagar ao filho indenização por danos morais ceifaria de uma vez por todas com a possibilidade de pai e filho formarem laços afetivos. No entanto, conforme explica Douglas Phillips Freitas, “a propositura de danos morais numa situação familiar já fragilizada, é, provavelmente o “ultimo suspiro” daquele ténue laço familiar, pondo um fim, de vez, certamente, nas chances de reconciliação familiar.”⁴¹

2.4 Os Tribunais e a questão do abandono afetivo

³⁸ Ibid., p. 196-197.

³⁹ SANTOS, op. cit., p. 179.

⁴⁰ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. Belo Horizonte: Del Hey, 2005. p. 188.

⁴¹ FREITAS, Douglas Phillips. **Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010**. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 105.

A questão do dano moral por abandono afetivo é polêmica, pois enfrenta um dos grandes dilemas da responsabilidade civil, delimitar quais entre os inúmeros eventos danosos, dentre aqueles que ocorrem no cotidiano das pessoas, são passíveis de reparação pecuniária.

Assim, passa-se à análise de alguns julgados, examinando os fundamentos por eles adotados. Acredita-se que dessa forma será possível compreender a posição contra e a favor da aplicação do dano moral decorrente do abandono afetivo.

Primeiramente, vale evidenciar, o inovador julgado oriundo do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, que reformou a sentença de primeiro grau, julgando procedente o pedido de indenização condenando o pai ao pagamento de indenização por danos morais causados ao filho:

INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS – RELAÇÃO PATERNO FILIAL – PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE. A dor sofrida pelo filho, em virtude do abandono paterno, que o privou do direito à convivência, ao amparo afetivo, moral e psíquico, deve ser indenizável, com fulcro no princípio da dignidade da pessoa humana.[...] A responsabilidade (pelo filho) não se pauta tão somente no dever de alimentar, mas se insere no dever de possibilitar desenvolvimento humano dos filhos, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana. (TJMG, Apelação Cível nº 408.550-504, 7º CC, rel. Unias Silva. J. 1.4.04).⁴² (sem grifo no original).

Vale destacar um trecho do conteúdo do acórdão:

Nas concepções mais recentes de família, os pais de família têm certos deveres que independem do seu arbítrio, porque agora quem os determina é o Estado. Assim, a família não deve mais ser entendida como uma relação de poder, ou de dominação, mas como uma relação afetiva, o que significa dar a devida atenção às necessidades manifestas pelos filhos em termos, justamente, de afeto e proteção. Os laços de afeto e solidariedade derivam da convivência e não somente do sangue. [...] No estágio atual, o equilíbrio do privado e do público pauta-se exatamente na garantia do pleno desenvolvimento da dignidade das pessoas humanas que integram a comunidade familiar. No que respeita à dignidade da pessoa da criança, o artigo 227 da Constituição expressa essa concepção [...]. Não é um direito oponível apenas ao Estado, à sociedade ou a estranhos, mas a cada membro da própria família. Assim, depreende-se que a responsabilidade não se pauta tão somente no dever de alimentar, mas se insere no dever de possibilitar o desenvolvimento humano dos filhos, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana. [...] Assim, ao meu entendimento, encontra-se configurado nos autos o dano sofrido pelo autor, em relação à sua dignidade, a conduta ilícita praticada pelo réu, ao deixar de cumprir seu dever familiar de convívio e educação, a fim de, através da afetividade, formar laço paternal com seu filho, e o nexa causal entre ambos.⁴³

O pai interpôs recurso especial aduzindo não estarem presentes no caso os elementos constitutivos do ato ilícito. Os autos subiram ao Superior Tribunal de Justiça, por força de agravo regimental, que reformou a decisão com o seguinte fundamento:

⁴² FREITAS, 2011. p. 103.

⁴³ PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**, p. 187-188.

Responsabilidade civil. Abandono Moral. Reparação: Danos morais. Impossibilidade. 1. A indenização por dano moral pressupõe a prática de ato ilícito, não rendendo ensejo a aplicabilidade da norma do art. 159 do Código Civil de 1916 o abandono afetivo, incapaz de reparação pecuniária. 2. Recurso especial conhecido e provido.⁴⁴

O STJ entendeu por quatro votos a um que não cabe indenização por dano moral decorrente de abandono afetivo.

A Quarta Turma concluiu que a lei prevê como punição para o abandono, a perda do poder familiar, sendo esta a mais grave pena civil a ser imputada a um pai, já se encarregando da função punitiva e dissuasória.

Conforme pontuou o Relator do processo Ministro Fernando Gonçalves:

No caso de abandono ou do descumprimento injustificado do dever de sustento, guarda e educação dos filhos, porém, a legislação prevê como punição a perda do poder familiar, antigo pátrio-poder, tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 24, quanto no Código Civil, art. 1638, inciso II. Assim, o ordenamento jurídico, com a determinação da perda do poder familiar, a mais grave pena civil a ser imputada a um pai, já se encarrega da função punitiva e, principalmente, dissuasória, mostrando eficientemente aos indivíduos que o Direito e a sociedade não se compadecem com a conduta do abandono, com o que cai por terra a justificativa mais pungente dos que defendem a indenização pelo abandono moral.⁴⁵ (grifos no original)

O ministro considerou que após ser condenado a indenizar o filho não haverá mais como ambos reconstruírem os laços afetivos. Concluindo que “escapa ao arbítrio do Judiciário obrigar alguém a amar, ou a manter um relacionamento afetivo, nenhuma finalidade positiva seria alcançada com a indenização pleiteada”.⁴⁶

O Ministro Cesar Asfor Rocha, ponderou ainda que o direito de família tem princípios próprios não podendo receber influências de princípios de outras ramificações do direito.

Esses princípios do Direito de Família não permitem que as relações familiares, sobretudo aquelas atinentes a pai e filho, mesmo aquelas referentes a patrimônio, a bens e responsabilidades materiais, a ressarcimento, a tudo quanto disser respeito a pecúnia, sejam disciplinadas pelos princípios próprios do Direito das Obrigações.⁴⁷

⁴⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Resp. 757.411 MG 2005/0085464-3. Relator Ministro Fernando Gonçalves. Brasília, 28 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=757411&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=3>>. Acesso em: 18 maio 2013.

⁴⁵ BRASIL, 2005.

⁴⁶ BRASIL. loc.cit.

⁴⁷ BRASIL. loc.cit.

Único a votar pelo não conhecimento do recurso, o ministro Barros Monteiro considerou que “a destituição do poder familiar, é uma sanção do Direito de Família e não interfere na indenização por dano moral, a indenização é devida além dessa outra sanção prevista não só no ECA como também no código civil atual”.⁴⁸

Diante desse contexto, esse foi o entendimento seguido pelos Tribunais de Justiça Estaduais a exemplo o Tribunal de Justiça de São Paulo:

Dano Moral por abandono afetivo. Teoria da responsabilidade civil que se afasta do fato concreto de que não há obrigação legal de o pai amar o filho. De onde advém o carinho e o afeto naturais. Inexistência de ato ilícito porque não se pode obrigar a amar ou manter relacionamento afetivo. Jurisprudência do STJ. Hipótese em que se trata de filho cuja paternidade só foi reconhecida judicialmente e na qual falta o amor natural que se tem em relação aos filhos esperados e amados desde a concepção. Dano psíquico que, quando existe, não acarreta indenização de quem poderia e não deu afeto e amor. Deficiência física no desenvolvimento das orelhas que não foi a causa da falta de relacionamento do pai com o filho. Ação corretamente julgada improcedente. Recurso improvido por maioria de votos. (TJ/SP. Quarta Câmara de Direito Privado. Apelação Cível nº 545.352.4/5. Rel. Des. Maia da Cunha. Julgado em 21.05.2009.⁴⁹

Até mesmo o inovador Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, seguiu essa linha de raciocínio.

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. ABALO EMOCIONAL PELA AUSÊNCIA DO PAI. 1. O pedido de reparação por dano moral é juridicamente possível, pois está previsto no ordenamento jurídico pátrio. 2. A contemplação do dano moral exige extrema cautela e a apuração criteriosa dos fatos, ainda mais no âmbito do Direito de Família. 3. O mero distanciamento afetivo entre pais e filhos não constitui, por si, situação capaz de gerar dano moral, nem implica ofensa ao (já vulgarizado) princípio da dignidade da pessoa humana, e constitui antes um fato da vida. [...]5. Embora se viva num mundo materialista, onde os apelos pelo compromisso social não passam de mera retórica política, em si mesma desonesta e irresponsável, nem tudo pode ser resolvido pela solução simplista da indenização, pois afeto não tem preço, e valor econômico nenhum poderá restituir o valor de um abraço, de um beijo, enfim de um vínculo amoroso saudável entre pai e filho, sendo essa perda experimentada tanto por um quanto pelo outro. Recurso desprovido. (Apelação Cível Nº 70029347036, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 11/11/2009).⁵⁰ (sem grifos no original)

No mesmo sentido também se manifestou o Tribunal de Justiça do Paraná:

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. ABANDONO MORAL. REPARAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. "A indenização por dano moral pressupõe a prática de ato ilícito, não rendendo ensejo à aplicabilidade da norma do art. 159 do Código Civil de 1916 o abandono afetivo, incapaz de reparação pecuniária. 2. Recurso especial conhecido e provido. Por sua vez, outra corrente

⁴⁸ BRASIL. loc.cit.

⁴⁹ MADALENO, 2011. p. 377.

⁵⁰ STOCO, op. cit., p. 1064.

defende que não existe obrigação legal de companhia e afeto". (STJ - Resp nº 757411/MG - Rel. Ministro Fernando Gonçalves - Quarta Turma - DJ 27.3.2006) APELAÇÃO NÃO PROVIDA.⁵¹

Irresignado com a decisão do STJ Rodrigo da Cunha Pereira pontuou:

[...] Tudo isso é bem compreensível, claro: não é possível obrigar ninguém a amar. No entanto, a esta desatenção e a este desafeto devem corresponder uma sanção, sob pena de termos um direito acéfalo, um direito vazio, um direito inexigível. Se um pai ou uma mãe não quiserem dar atenção, carinho e afeto àqueles que trouxeram ao mundo, ninguém pode obrigá-los, mas à sociedade cumpre o papel solidário de lhes dizer, de alguma forma, que isso não está certo e que tal atitude pode comprometer a formação e o caráter dessas pessoas abandonadas, afetivamente.⁵²

Assim, considerando que a condenação por abandono afetivo causaria instabilidade nas relações familiares, bem como acabaria com possibilidade de reaproximação, que a indenização não acaba com o sofrimento nem supri falta de amor, e ainda que, devido ao turbilhão de emoções que rodeiam as relações familiares, amor e dinheiro não combinam, os tribunais foram indeferindo os pedidos de indenização por abandono afetivo.

É importante ressaltar, que este recurso chegou até o Supremo Tribunal Federal, porém, o supremo decidiu por negar provimento ao Recurso Extraordinário fundamentando na inviabilidade da indenização por danos morais, alegando a limitação ao âmbito de interpretação de matéria infraconstitucional, inatacável por Recurso Extraordinário. Ponderou que o acórdão recorrido prevê a perda do poder familiar, afastando a possibilidade de reparação pecuniária por abandono moral, e que a partir dos fatos e provas constantes nos autos não há lugar para reexame em face da Súmula 279 do STF.⁵³

No entanto, outra corrente, adotando posicionamento no sentido diametralmente oposto, perfilha o entendimento de que existe sim a possibilidade de impor ao pai o dever de indenizar os filhos por danos morais decorrente do abandono afetivo. Nesse sentido é o entendimento do mais recente julgado do STJ, que reeditou os conceitos a sobre a matéria:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o conseqüente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado

⁵¹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. AC. 6395444 PR 0639544-4. Relator Des. Nilson Mizuta. Curitiba, 04 mar. 2010. Disponível em: <<http://tjpr.jusbrasil.com/jurisprudencia/19551404/apelacao-civel-ac-6395444-pr-0639544-4>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

⁵² PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Nem só de pão vive o Homem...**

⁵³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 567.164. Rel. Min. Ellen Gracie. Brasília, 1 dez. 2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=101&dataPublicacaoDj=02/06/2009&in_cidente=2567008&codCapitulo=6&numMateria=80&codMateria=3>. Acesso em 24 abr. 2013.

como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia - de cuidado - importa em vulneração da imposição legal, exsurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes - por demandarem revolvimento de matéria fática - não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido⁵⁴.

A Ministra em seu voto faz uma breve síntese sobre a aplicação do dano moral no direito de família, explicando de início que não existem restrições à aplicação da responsabilidade civil neste campo, suas normas tratam da matéria de maneira ampla e irrestrita. Também faz uma observação em relação à perda do poder familiar, explicando que este “não suprime, nem afasta a possibilidade de indenizações ou compensações, porque tem como objetivo primário resguardar a integridade do menor.”⁵⁵

Sobre a extinção do poder familiar, destaca-se o entendimento de Aline Biasuz Suarez Karow:

É necessário apontar que há diferença do critério para decretação da perda do poder familiar e do critério para a condenação a reparar o abandono afetivo. Em que peses a correlação entre um e outro fato, os institutos não se equivalem. Decretação da perda do poder familiar é uma coisa, reparação civil outra. É bem verdade que os dois podem se originar da situação de abandono. Mas se deve atentar que a causa de pedir da demanda é a indenização por abandono afetivo não é a decretação da perda do poder familiar. Um não é consectário do outro. O caráter da pena da perda do poder familiar é sim de ordem punitiva, buscando sancionar o genitor negligente, enquanto que o caráter da indenização é compensatório e no máximo dissuasório. Assim, temos dois institutos e duas funções de penas diversas, não podendo ser confundidos.⁵⁶ (sem grifos no original)

Considerando que a função da reparação civil não é de punição, mas sim de compensação, não pode ser admitido o argumento de que o genitor que comete abandono

⁵⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RESP 1.159.242 . Rel. Min. Nancy Andrighi. Brasília, 24 abr. 2012. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?newsession=yes&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&livre=1159242>. Acesso em 18 mai. 2013.

⁵⁵ BRASIL, 2012.

⁵⁶ KAROW, 2012. p. 144.

afetivo não pode ser condenado à reparação civil, pois pode ser punido com a perda do poder familiar.

Em análise sobre a impossibilidade de se obrigar a amar, a Ministra explicou que não se trata do amor, mas sim, do dever de cuidar, decorrente da liberdade que as pessoas têm de gerarem ou adotarem filhos. Assim, “amar é faculdade, cuidar é dever” e a comprovação do descumprimento desse dever, implica a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão, pois viola uma imposição legal⁵⁷.

O Ministro Massami Uyeda inaugurou a divergência por entender que “a nossa vida é feita de perdas e ganhos, talvez até mais de perdas do que de ganhos”, e que “se o STJ abrir essa porta estará estabelecendo uma cizânia dentro da família.”⁵⁸

Porém os Ministros Sidnei Beneti, Paulo Tarso Sanseverino e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com a relatora, assim, o recurso foi parcialmente provido apenas para reduzir o valor da condenação.

Diante deste contexto, Rolf Madaleno afirma que as decisões judiciais favoráveis à indenização não buscam reparar o dano, mas sim penalizar a violação dos deveres morais necessários à formação dos filhos, e prossegue afirmando que:

Penalizam o dano à dignidade humana do filho em estágio de formação, mas não com a intenção de recuperar o afeto não desejado pelo ascendente, mas principalmente, por seu poder dissuasório a demonstrar que, doravante, este velho sentimento de impunidade tem seus dias contados e que possa no futuro desestabilizar quaisquer outras inclinações de irresponsável abandono, se dando conta pelos exemplos jurisprudenciais, que o afeto tem um preço muito caro na nova configuração familiar.⁵⁹

Não se trata de um dever, de uma imposição que os pais dêem afeto aos filhos, mas sim de uma posição adotada para lembrá-los da responsabilidade que é ser pai.

Embora as decisões dos tribunais estaduais, em sua maioria, sigam o entendimento exarado anteriormente pelo STJ, com seu novo posicionamento haverá uma verticalização de decisão, mesmo que não vinculante. Em complemento, cabe citar: “A afetividade no campo jurídico vai além do sentimento, e está diretamente relacionada à responsabilidade e ao cuidado”. Por isso, o afeto pode se tornar uma obrigação jurídica e ser fonte de responsabilidade civil. O princípio da afetividade, aliado ao da paternidade responsável, é que autoriza o estabelecimento da responsabilidade civil.⁶⁰

⁵⁷ BRASIL. Op.cit, 2012

⁵⁸ BRASIL, loc.cit.

⁵⁹ MADALENO, Rolf. O custo do abandono afetivo. Disponível em:

<http://www.rolfmadaleno.com.br/sp/index.php?option=com_content&task=view&id=965&Itemid=39>. Acesso em: 18 mai. 2013.

⁶⁰ FREITAS, op. cit., p. 105.

Porém devido às peculiaridades que envolvem as relações familiares, não é demasiado lembrar que cada caso deverá merecer estudo redobrado, só reconhecendo o dano moral em caráter excepcional e quando os pressupostos da reparação se apresentarem estreme de dúvida.⁶¹

Em suma, nos dias de hoje a reparação civil vem ganhando cada vez mais a função pedagógica e educativa não objetivando somente compensar a vítima pelo dano sofrido, mas também alertar a sociedade e desestimular condutas semelhantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família sempre desempenhou, e ainda desempenha, papel fundamental no Estado e na sociedade. Ela evolui, deixando de lado as raízes patriarcas até chegar ao que é hoje, local de realização dos indivíduos, formada pela vontade de seus membros e ligada pelos laços de afeto.

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e a elevação do princípio da dignidade da pessoa humana, a pessoa passou de objeto de direito para sujeito de direito.

Nessa nova concepção, a criança e o adolescente ganharam atenção especial, com base na doutrina da proteção integral, passaram a ser reconhecidos como titulares de direitos fundamentais e de especial proteção da família, da sociedade e do Estado.

Com essa nova formação familiar, o afeto desponta como elemento essencial. O que junta às pessoas e mantém a família unida é o afeto existente entre seus membros e a vontade de permanecerem juntos, a exemplo da paternidade socioafetiva.

O afeto tem grande importância na formação da personalidade da criança em desenvolvimento e a psicologia observou a conexão direta que as relações familiares causam no desenvolvimento das crianças.

O dever de prestar afeto está implícito no direito à convivência e nos deveres inerentes ao poder familiar, e a falta de afeto na fase de desenvolvimento, causa dificuldades, as quais serão reveladas em condutas pessoais que serão refletidas diretamente no convívio em sociedade. Por isso é importante que o afeto seja tutelado juridicamente.

O dano moral decorrente do abandono afetivo reside na identificação do ato ilícito como ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, aplicando-se o art. 186 do Código

⁶¹ STOCO, op. cit., p. 1062-1063.

Civil. Assim, para que se configure a responsabilidade civil por abandono afetivo, faz necessário que estejam presentes os pressupostos do dever de indenizar: a conduta culposa, o nexo causal e o dano.

Porém existem posições defendendo à restrição do dano moral decorrente do abandono afetivo, embasando tal posicionamento no entendimento de que a única pena imposta àquele que abandona o filho seria a perda do poder familiar.

No entanto, a perda do poder familiar tem o intuito de proteger a criança ou o adolescente e não de punir os pais. E a reparação pelo dano moral tem por objetivo desincentivar condutas que causem lesão aos direitos da personalidade da criança, compensando assim, aquele que sofreu o dano.

Um dos maiores receios em se reconhecer a aplicação do dano moral pelo abandono afetivo é que devido a natureza delicada dos relacionamentos familiares, cheios de sentimentos de amor e de ódio, se estabeleça uma cautela que se torne incompatível com as relações familiares, onde qualquer ato dos membros da família cause danos morais, havendo uma patrimonialização das relações pessoais.

Porém, não se trata de monetizar as relações afetivas, mas sim de lembra a todos a responsabilidade que é ser pai, que não se esgota apenas na contribuição material.

Nenhum desses argumentos resiste à força constitucional que coloca a dignidade da pessoa humana como estrutura do ordenamento jurídico. A aplicação do dano moral decorrente do abandono afetivo deve ser vista dentro da nova atualidade da família, onde o que une os indivíduos são apenas os laços de afeto e não mais os interesses patrimoniais.

Cabe ressaltar, que a aplicação do dano moral decorrente do abandono afetivo deve ser analisada com interdisciplinaridade, ou seja, o juiz além de analisar o caso concreto, deve se apoiar nos relatórios psicossociais da equipe técnica do judiciário. Pois, é difícil estabelecer padrões para a aplicação do instituto da responsabilidade civil dentro do direito de família e principalmente das relações paterno-filiais.

Desse modo, a violação dos direitos da personalidade do filho, caracterizado pelo abandono afetivo, é passível de responsabilização civil com a consequente condenação do genitor à reparação pecuniária por danos morais.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. 05 out. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 14 nov. 2012.

_____. **Lei nº 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, DF. 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Lei nº 10.406. Código Civil.** Brasília, DF. 10 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 15 nov. 2012.

_____. **Supremo Tribunal Federal. RE 567.164.** Rel. Min. Ellen Gracie. Brasília, 1 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=101&dataPublicacaoDj=02/06/2009&incidente=2567008&codCapitulo=6&numMateria=80&codMateria=3>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. **Superior Tribunal de Justiça. RESP. 757.411.** Relator Ministro Fernando Gonçalves. Brasília, 28 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=757411&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=3>>. Acesso em: 18 maio 2013.

_____. **Superior Tribunal de Justiça. RESP 1.159.242 .** Rel. Ministra Nancy Andrighi. Brasília, 24 abr. 2012. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?newsession=yes&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR&livre=1159242>. Acesso em: 18 maio 2013.

_____. **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível nº 70023288251.** Rel. Min. José Ataídes Siqueira Trindade. Porto Alegre, 08 maio 2008. Disponível em: <<http://br.vlex.com/vid/-51330441>>. Acesso em 23 abr. 2013.

_____. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Apelação Cível nº 639544-4 PR.** Relator Nilson Mizuta. Curitiba, 04 mar. 2010. Disponível em: <<http://tj-pr.jusbrasil.com/jurisprudencia/19551404/apelacao-civel-ac-6395444-pr-0639544-4>>. Acesso em: 18 maio 2013.

_____. **Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF - Convenção sobre os direitos da criança.** 1989. Disponível em:
<http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2012.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 6º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

DUARTE, Lenita Pacheco Lemos. **A guarda dos filhos na família em litígio.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 3º ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREITAS, Douglas Phillips. **Alienação Parental: Comentários a Lei 12.318/2010.** 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GROENINGA, Gisele Câmara. **O direito à integridade física e psíquica e o livre desenvolvimento da personalidade. Família e dignidade humana.** V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: IOB Thompson, 2006. p. 439-455.

HIRONAKA, Giselda. **Sobre peixes e afeto – um devaneio acerca da ética no direito de família. Família e dignidade humana.** V Congresso Brasileiro de Direito de Família. São Paulo: IOB Thompson, 2006. p. 425-437.

KAROW, Aline Biasuz Suarez. **Abandono Afetivo: Valorização Jurídica do afeto nas relações paterno-filiais.** Curitiba: Juruá, 2012.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias.** 4º Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família.** 4º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **O custo do abandono afetivo.** Disponível em:
<http://www.rolfmadaleno.com.br/sp/index.php?option=com_content&task=view&id=965&Itemid=39>. Acesso em: 18 maio 2013.

TURMAN, Natiele França. SANTOS, Maria Helena Abdanur Mendes dos. Dano moral decorrente do abandono afetivo: Uma análise sobre a possibilidade de responsabilizar os pais civilmente pela falta de afeto concedida aos filhos. ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Agosto de 2014

OLIVEIRA, José Sebastião. **Fundamentos Constitucionais do Direito de Família**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

_____. **Nem só de pão vive o Homem**: Responsabilidade civil por abandono afetivo. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/detalhe/392>>. Acesso em 15 maio 2013

SANTOS, Romualdo Baptista dos. **A tutela jurídica da afetividade**. Curitiba: Juruá, 2011.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**: Doutrina e Jurisprudência. 8º Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.